



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DESPACHO

Agravo de Instrumento Processo nº **2265371-58.2021.8.26.0000**

Relator: **JOSÉ EDUARDO MARCONDES MACHADO**

Órgão Julgador: **10ª Câmara de Direito Público**

Processo de Origem n.º **1002134-93.2021.8.26.0568**

Agravante: **Município de Indaiatuba**

Agravada: -----

Comarca: **Foro de Indaiatuba 1ª Vara Cível**

Juiz: **Dra. Patrícia Bueno Scivittaro**

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pelo **Município de Indaiatuba** contra decisão (fls. 84/85) proferida nos autos da ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência nº 1010068-92.2021.8.26.0248, que deferiu pedido de tutela de urgência para obrigar o agravante a fornecer à agravada os medicamentos de alto custo que lhe foram prescritos (fls. 43), no prazo 10 dias, sob pena de multa diária no valor de 1 salário mínimo.

Irresignado, sustenta o Município, em síntese, que i) a decisão impôs o cumprimento de obrigação vultosa, capaz de prejudicar as receitas públicas, porquanto o valor total do tratamento, referente ao período de 6 meses, é de aproximadamente R\$ 413.800,00; ii) o Município não é o ente competente para o fornecimento do medicamento; a obrigação, no caso, é dos Centros de alta complexidade em oncologia – Cacon ou Unacon; iii) a agravante é acompanhada pela Unicamp desde 2011 (fls. 31), a impor sejam os medicamentos fornecidos pelo Estado; i) requer o provimento do recurso para que a obrigação seja direcionada ao ente competente com exclusão da multa ou subsidiariamente que a multa seja reduzida.

Recurso tempestivo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Isenção de preparo.

É o relatório.

Linhas gerais, e a partir de interpretação sistemática do art. 196 da Constituição Federal, convém registrar que o fornecimento de tratamento médico e a subministração de fármacos compete a todos os entes federativos integrantes da administração direta em âmbito federal, estadual e municipal, solidariamente, como sedimentou o Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do Tema 793 da repercussão geral. Confira-se:

“Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro”.

Nada impede, desta forma, que a demanda seja diretamente ajuizada em face de quaisquer das pessoas jurídicas de direito público (Súmula 37 deste Tribunal de Justiça), e que, internamente, vez que compete ao Ministério da Saúde (União) financiar os medicamentos que representam elevado impacto financeiro ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) – como ocorre na hipótese vertente –, os integrantes do Sistema Único de Saúde adotem os procedimentos necessários, à vista de suas respectivas atribuições, para equalizar os repasses, com as devidas transferências/compensações de receita, com ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro (*in casu*, o Município).

Passo seguinte, do exame dos documentos que instruem o processo de origem, avulta que foram preenchidos os requisitos necessários, consagrados no Tema 106, do Superior Tribunal de Justiça, para em princípio obrigar o recorrente ao fornecimento do medicamento de alto custo almejado pela agravada.

De acordo com a tese firmada no julgamento do Recurso Especial 1.657.156/RJ pelo c. STJ (Tema 106), “A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: i)



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; iii) existência de registro do medicamento na ANVISA, observados os usos autorizados pela agência”.

No ponto, o memorando médico apresentado a fl. 42 (origem) comprovou a imprescindibilidade do tratamento almejado, diante da ineficácia de todos os demais recursos fornecidos pelo SUS.

A incapacidade financeira da autora/agravada foi devidamente demonstrada pelos documentos encartados a fls. 25/26 dos autos de origem, que, dentre outros, revelam movimentação bancária incompatível com o custeio do medicamento pretendido.

Por fim, divisa-se a existência de registro do medicamento pleiteado perante a ANVISA, conforme consulta ora realizada.

Preenchidos os requisitos exigidos no Tema 106, do Superior Tribunal de Justiça, **em regra**, é inarredável o fornecimento do medicamento, consagrando a proteção constitucional à saúde e à vida do cidadão.

Contudo, cuidando-se de medicamento oncológico para tratamento de neoplasia no ovário de alto custo, deve ser seguida a orientação desta Colenda 10ª Câmara de Direito Público, com determinação de cadastramento da agravada no CACON ou UNACON de sua preferência, sob a pena de suspensão do fornecimento.

Confira-se o entendimento a respeito do tema:

MEDICAMENTO. Mogi Guaçu. Câncer renal com recidiva pulmonar. Opdivo® (nivolumabe). Fornecimento. Responsabilidade. Tema STF nº 793. Tema STJ nº 106. Honorários advocatícios. _ 1. Medicamento. Fornecimento. Responsabilidade. Tema STF nº 793. No RE nº 855.178-SE, Plenário Virtual, 19-12-2014, Rel. Luiz Fux, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada e reafirmou a obrigação solidária dos entes da Federação de tornar efetivo o direito à saúde em favor de qualquer necessitado. No julgamento dos embargos opostos pela União, fixou-se o Tema STF nº 973: "Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro". – 2. Medicamento. Fornecimento. Responsabilidade. O acórdão do STF admite a responsabilidade solidária entre Estado e município e, em respeito à descentralização e hierarquia do sistema, direcionou o fornecimento do medicamento conforme as regras de repartição de competências. O pedido da mesma assistência, ao mesmo tempo, de ambos, desconsidera a descentralização e hierarquia do SUS, desorganiza o sistema e promove a dupla defesa, a dupla atividade administrativa, às vezes a dupla aquisição do medicamento, que a ninguém beneficia. O Estado figura no polo passivo da lide e não há razão para a condenação do município. Entendimento que confere efetividade ao Tema STF nº 973. – 3. Medicamento. Fornecimento. Tema STJ nº 106. Estão comprovados nos autos os requisitos elencados no Tema STJ nº 106, estabelecidos no julgamento do REsp nº 1.657.156-RJ, 1ª Seção, 25-4-2018, Rel. Benedito Gonçalves: (a) hipossuficiência para arcar com o tratamento prescrito, (b) registro dos fármacos na Anvisa e (c) relatório circunstanciado expedido pela médica que o acompanha, não sendo a ausência de padronização óbice ao fornecimento do que foi receitado. A jurisprudência assente deste tribunal e dos Tribunais Superiores privilegia o direito à saúde garantido no art. 196 da Constituição Federal. A relevância dos fundamentos do pedido tem assento no art. 6º da LF nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde, que instituiu o SUS) que assegura a assistência farmacêutica. Ofensa ao art. 2º da CF que não se entrevê. **O autor deverá se cadastrar no CACON ou UNACON de sua preferência, sob a pena de suspensão do fornecimento;** a providência se justifica por se tratar de medicamento de alto custo que exige controle apurado do Estado. – 4. Honorários advocatícios. Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários advocatícios observará os critérios previstos nos incisos do § 2º do art. 85 do CPC e os percentuais mínimos e máximos estabelecidos no § 3º, incidentes sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido; mas poderá fixa-los por equidade quando o valor for inestimável ou irrisório nos termos do § 8º. Simples regra de isonomia indica que o mesmo arbitramento por equidade deve ser aplicado quando o valor é desproporcional à complexidade da causa e ao trabalho feito, pois a lei quer evitar a remuneração insuficiente e também a remuneração excessiva, ainda mais quando o pagamento onera o erário; afinal, não se compreende uma justiça de uma só direção. Trata-se de uma ação simples baseada em jurisprudência pacífica que não ofereceu surpresa nem trabalho anormal, não exigiu dilação probatória e foi sentenciada em pouco mais de dois meses; a verba honorária arbitrada na origem é adequada à espécie e não comporta majoração – Procedência. Recurso do município provido. Recurso oficial parcialmente provido, com observação. Recurso da advogada do autor desprovido. (TJSP;



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação Cível 1003087-64.2019.8.26.0362; Relator: Torres de Carvalho; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Público; Foro de Mogi Guaçu - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 23/11/2020; Data de Registro: 24/11/2020).

O caso ora examinado, porém, se reveste de peculiaridades de inolvidável observância, a atrair a incidência dos artigos 20 e 21 da LINDB:

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.

Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

Nesta linha, não há como arredar as consequências práticas da decisão e o impacto financeiro que seria causado pela imposição ao ente municipal do custeio do tratamento médico para o período de 6 meses, com valor aproximado de R\$ 413.800,00, quando o Município aparentemente dispõe de saldo no valor de R\$ 179.379,53 para as demandas de medicamentos até o final do exercício. Como se viu acima, a agravante poderia ter direcionado a demanda contra qualquer dos entes federados; optou, no entanto, por aforar o pedido apenas contra o Município, situação fática que implica análise do resultado que eventual acolhimento de sua pretensão causará aos cofres da municipalidade.

E nesta análise preliminar, tudo indica que a manutenção da tutela de urgência que compeliu o Município de Indaiatuba a custear o tratamento da agravada inviabilizará a atenção que inúmeros outros munícipes igualmente devem receber da administração municipal, quadro que exige busca por solução diversa para acomodar a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

necessidade da autora e as consequências que a medida almejada, tal como posta na petição inicial, trará ao ente público que foi acionado.

Considero, ainda, que em conformidade documentos juntados no processo de origem e nos presentes autos (fls. 31/36 e 72/76), a agravada faz tratamento na UNICAMP.

Diante do contexto que se tem nos autos, **SUSPENDO a decisão proferida a fls. 84/85** pelo juízo *a quo* e determino que a agravada providencie seu imediato cadastramento **no CACON ou UNACON de sua preferência, mediante comprovação nos autos.**

Concede-se, portanto, o almejado efeito suspensivo, com a observação de que a agravada deverá se cadastrar no CACON ou UNACON de sua preferência.

Comunique-se o juízo *a quo* com cópia desta decisão.

Intime-se a agravada para, querendo, responder o recurso.

Oportunamente, tornem conclusos para julgamento. São

Paulo, 16 de novembro de 2021.

JOSÉ EDUARDO MARCONDES MACHADO
Relator